

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICOS DE NÍVEL
SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO
EDITAL N.º 2/2003 – MMA, DE 8 DE SETEMBRO DE 2003

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, tendo em vista o subitem 6.1 do Edital n.º 1/2003 – MMA, de 28 de agosto de 2003, divulgado nos endereços eletrônicos www.cespe.unb.br e www.brasil.gov.br, torna públicos os objetos de avaliação das provas objetivas do processo seletivo para contratação temporária de profissionais para desempenhar atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação internacional.

1 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO

1.1 HABILIDADES

1.1.1 Os itens das provas objetivas avaliarão habilidades mentais que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

1.1.2 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

1.2 CONHECIMENTOS: Nas provas, serão avaliados, além de habilidades mentais, conhecimentos, conforme descrito a seguir.

1.2.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS COMUNS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão, interpretação e reescritura de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas e discursivas: 1 Tipologia textual. 2 Paráfrase, perífrase, síntese e resumo. 3 Significação literal e contextual de vocábulos. 4 Processos de coesão textual. 5 Coordenação e subordinação. 6 Emprego das classes de palavras. 7 Concordância. 8 Regência. 9 Estrutura, formação e representação das palavras. 10 Ortografia oficial. 11 Pontuação. 12 Redação oficial.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, e segurança e suas vinculações históricas. 2 Estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente: decreto n.º 4.755, de 20/06/2003.

MATEMÁTICA: 1 Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais. 2 Sistema legal de medidas. 3 Razões e proporções: divisão proporcional; regras de três simples e composta; porcentagens. 4 Equações e inequações de 1.º e de 2.º graus. 5 Sistemas lineares.

1.2.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1.2.2.1 CLASSIFICAÇÃO I

ADMINISTRATIVA: 1 Noções de contabilidade. 1.1 Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações. 1.2 Lei complementar n.º 101/2000 – Lei de responsabilidade fiscal. 2 Noções de administração. 2.1 Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações. 2.2 IN da STN 01/1997 e suas alterações. 3 Princípios de arquivologia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções do ambiente Microsoft Office e OpenOffice. 2 Conceitos relacionados à Internet. 3 Navegadores. 4 Correio eletrônico.

1.2.2.2 CLASSIFICAÇÃO II

ADMINISTRATIVA: 1 Noções de administração. 1.1 Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações. 1.2 IN da STN 01/1997 e suas alterações.

INFORMÁTICA: 1 Princípios de redes de comunicação de dados (LAN). 2 Equipamentos de microinformática: arquitetura de computadores. 3 Sistema operacional da família Windows. 4 Sistema operacional LINUX. 5 *Softwares*: instalação, configuração e manutenção de suites Microsoft, Corel e Open. 6 Noções de bancos de dados: linguagem de manipulação SQL.

1.2.3 CONHECIMENTOS BÁSICOS COMUNS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão, interpretação e reescritura de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas e discursivas: 1 Tipologia textual. 2 Paráfrase, perífrase, síntese e resumo. 3 Significação literal e contextual de vocábulos. 4 Processos de coesão textual. 5 Coordenação e subordinação. 6 Emprego das classes de palavras. 7 Concordância. 8 Regência. 9 Estrutura, formação e representação das palavras. 10 Ortografia oficial. 11 Pontuação. 12 Redação oficial.

ADMINISTRATIVA: 1 Noções de contabilidade. 1.1 Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações. 1.2 Lei complementar n.º 101/2000 – Lei de responsabilidade fiscal. 2 Noções de administração. 2.1 Licitações: modalidades, dispensa e inexigibilidade - Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações. 2.2 IN da STN 01/1997 e suas alterações. 3 Plano Plurianual. 4 Noções de direito constitucional. 5 Noções de direito administrativo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções do ambiente Microsoft Office e OpenOffice. 2 Conceitos relacionados à Internet. 3 Navegadores. 4 Correio eletrônico.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura, e suas vinculações históricas. 2 Estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente: decreto n.º 4.755, de 20/06/2003.

1.2.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1.2.4.1 CLASSIFICAÇÃO III: I PLANEJAMENTO E GESTÃO. 1 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO 2004) – Lei 10.707, de 20/07/03. 2 Lei n.º 10.520, de 17/7/2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências e Decreto n.º 1.070, de 2/3/1994, que dispõe sobre contratações de bens e serviços de informática e automação pela administração federal, nas condições que especifica, e dá outras providências 3 Regime jurídico dos servidores públicos civis federais – Lei n.º 8.112/1990, atualizada. 4 Organizações Sociais (OS) – Lei 9.637, de 15/05/98. 5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei 9.790, de 23/03/99. II POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO AMBIENTE. 1 Meio ambiente na Constituição Federal de 1988. 2 Agenda 21 Brasileira. 2.1 Conceitos, diretrizes e princípios. 2.2 Composição, finalidades e funções da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS. 3 Orientação Estratégica de Governo: PPA 2004/07. 4 Políticas de meio ambiente: 4.1 Política Nacional de Meio Ambiente - Leis 6.938/81 e 10.165/00. 4.2 Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9.795/99. 4.3 Crimes Ambientais – Lei 9.605/98 e Decreto 3.179/99. 4.4 Lei das Águas – Lei 9.433/97. 4.5 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/02. 4.6 Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15/09/1965 e MP 2.166-67/00. 5 Acesso ao Patrimônio Genético - Medida Provisória (MP) nº 2.186-16/01, de 23/08/2001. 6 Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA: 01-86; 237; 302; 303; e 305. 7 Fontes de financiamento: 7.1 Fundo Nacional de Meio Ambiente – Lei 7.797/89 e Decreto 3.524 de

26/06/00. 7.2 Fundo Setorial de Recursos Hídricos – Lei 9.993/00 e Decreto 3.874 de 19/07/01. 8 Conferência/Protocolo de Estocolmo. 9 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). 10 Rio + 5. 11 Rio +10. 12 Plano de Implementação de Joanesburgo.

1.2.4.2 CLASSIFICAÇÕES IV E V

TEMA ESPECÍFICO - RECURSOS HÍDRICOS: I POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. 1 Fundamentos. 2 Objetivos. 3 Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. II SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. 1 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. 2 Agência Nacional de Águas. 3 Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal. 4 Comitês de Bacia Hidrográfica. 5 Agências de Água. 6 Das organizações civis de Recursos Hídricos. III CONHECIMENTOS BÁSICOS APLICADOS NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. 1 Hidrologia. 2 Desertificação – ocorrências, causas e conseqüências no cenário brasileiro. 3 Reuso da água não potável. 4. Aspectos de conservação da água e solo. 5 Manejo da água para fins agrícolas e industriais. 6 Infrações. 7 Penalidades aplicáveis. IV LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS AO TEMA RECURSOS HÍDRICOS. 1 Recursos Hídricos na Constituição Federal. 2 Lei das Águas – Lei 9.433/97. 3 Lei de Criação da ANA – Lei 9.984/00. 4 Decreto 4.613, de 11 de março de 2003. 5 Decreto 4.755, de 20 de junho de 2003. 6 Código das Águas – Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, e suas alterações produzidas pelos Decreto-lei 852, de 11 de novembro de 1938; Decreto-lei 3.763, de 25 de outubro de 1941; e Decreto 75.566, de 07 de abril de 1975. 7 Decreto 35.851, de 16 de julho de 1954. 8 Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. 9 Resolução do CONAMA nº 238, de 22 de dezembro de 1997. 10 Regimento Interno da Secretaria de Recursos Hídricos estabelecido pela Portaria Ministerial nº 253, de 09 de julho de 1999. 11 Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Anexo III.

TEMA ESPECÍFICO – AMAZÔNIA: I ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PAS – PROGRAMA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. 1. gestão ambiental e ordenamento territorial. 2. Produção sustentável com tecnologia avançada. 3. infra-estrutura para o desenvolvimento. 4. Inclusão social e cidadania. 5. novo padrão de financiamento. II EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA. 1. Incentivos à produção sustentável: produtos madeireiros, não madeireiros, biodiversidade, agroextrativismo, ecoturismo. 2. Papel do Agroextrativismo e das Reservas Extrativistas para o Desenvolvimento da Amazônia. 3. Lições Aprendidas no Programa Piloto. 4. Reservas Extrativistas: conceitos e experiências existentes. 5. Reservas de Desenvolvimento Sustentável: conceitos e experiências existentes. 6. Participação da Sociedade Civil na Gestão de Políticas Públicas na Amazônia. 7. Políticas de Gestão do Ecoturismo na Amazônia. 8. Transversalidade e Políticas Públicas na Amazônia. 9. Agendas Positivas dos estados da Amazônia – construção e implementação. 10. Categorias e Procedimentos para Criação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 11. Políticas de Gestão Ambiental Integrada e Descentralizada. 12. Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais. 13. Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. 14. Alternativas ao Desmatamento. 15. Gestão Ambiental em Terras Indígenas. 16. Políticas de Gestão Sócio-Ambiental para Comunidades Tradicionais. III LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS À AMAZÔNIA. 1. Termo de Cooperação entre a União e os Governos dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima com o objetivo de elaborar e implementar o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia no Âmbito do PPA 2004-2007. 2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9.985/2002. 3. Art. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. 4. Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. 5. PROECOTUR – Portaria nº 399, de 12 de julho de 1999. 5.1. Anexo A do Contrato de Empréstimo nº 1216/OC –BR (home page MMA). 5.2. Portaria Interministerial nº 273, de 25 de julho de 2001. 6. Áreas Protegidas na Amazônia - Decreto 4.326, de 8 de agosto de 2002. 7. Concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural - Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997. 8. Programa de

Apoio ao Desenvolvimento ao Extrativismo - MP nº 1.105, de 20 de maio de 1995. 8.1. Decreto nº 1930, de 17 de junho de 1996. 9. Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais - Portaria nº 183, de 10 de maio de 2001. 9.1. Portaria nº 203, de 30 de maio de 2001. 9.2. Portaria nº 94, de 4 de março de 2002, modificada pela Portaria nº 473, de 7 de novembro de 2002. 9.3. Portaria 303, de 30 de julho de 2003. 9.4. Documento Completo do Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (home page MMA). 10. Gestão Ambiental Integrada e Descentralizada – Consolidação do Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN. 10.1. Avaliação do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais. 10.2. Manual Operacional do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais. 11. Desmatamento – Instrução Normativa nº 3, de 4 de março de 2002. 12. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – Decreto nº 563, de 5 de junho de 1992. 12.1. Decreto nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997. 12.2. Construindo a Sustentabilidade – Lições Aprendidas pelo Programa Piloto (www.mma.gov.br). 13. Agendas Positivas (www.amazonia.org.br). 14. Gestão ambiental em terras indígenas – Decreto 1.141, de 19/05/1994.

TEMA ESPECÍFICO - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: I POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 1 Zoneamento Ecológico-Econômico. 2 Uso de Instrumentos econômicos (fiscais, creditícios e de mercado) como mitigadores do uso predatório dos recursos naturais e fomento à sustentabilidade ambiental. 3 Instrumentos fiscais, medidas cautelares e mecanismos indutores da produção sustentável. 4 Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM. 5 Planejamento e gestão de ecoturismo. 5.1 Inventário e análise de recursos. 5.2 Capacidade de carga dos ecossistemas para implantação de roteiros e atrativos ecoturísticos. II **LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS AO TEMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** 1 Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002. 2 Portaria IBAMA nº 44, de 1º de abril de 2002. 3 Instrução Normativa IBAMA nº5, de 18 de março de 2002. 4 Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002. 5 Portaria Ministério da Integração Nacional nº 833, de 12 de agosto de 2003. 6 Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. 7 Declaração do Rio/92. 8 Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003. 9 Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. 10 Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

TEMA ESPECÍFICO - BIODIVERSIDADE E FLORESTAS: I SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. 1 Criação de unidade de conservação - UC: critérios técnicos e requerimentos legais. 2 Gestão, uso público e uso de recursos naturais em UC: critérios técnicos e requerimentos legais. 3 Gestão do entorno de UC: zona de amortecimento. 4 Gestão integrada de UC: o conceito de mosaico. 5 Conselhos consultivos de UC. 6 Plano de Manejo de UC. II **LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS AO TEMA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS.** 1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)- Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/02. 2 Convenção sobre Diversidade Biológica - Decreto nº 2.519, de 1998. 3 Acesso ao Patrimônio Genético - Medida Provisória (MP) nº 2.186-16/01, de 23/08/2001. 4 Diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade - Decreto nº 4.339, de 22/08/2002. 5 Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15/09/1965 e MP 2.166-67/00. 6 Manejo Florestal e Reflorestamento - Instruções Normativas do IBAMA. 7 Biossegurança – Lei 8.974/95 e M.P. 2.191-9, de 23/08/2001. 8 Resoluções do CONAMA – 11/1987; 10/1988; 12/1989; 13/1990; e 02/1996. 9 Convenção de Ramsar sobre áreas úmidas. 10 Tratado da Antártida. 11 Programa Antártico Brasileiro: os compromissos do Brasil na área ambiental no contexto do programa.

TEMA ESPECÍFICO - QUALIDADE AMBIENTAL: I POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL. 1 Política Nacional de recursos energéticos. 2. Segurança, prevenção de riscos e áreas contaminadas. 3 Licenciamento ambiental e instrumentos de gestão. 4 Produção mais limpa em cadeias produtivas. 5 Prevenção de riscos na indústria de petróleo. 6 Controle de emissões atmosféricas. 7 Gestão integrada de resíduos urbanos. 8 Gerenciamento integrado costeiro e marítimo. II **LEGISLAÇÃO, CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E NORMAS**

RELACIONADAS AO TEMA QUALIDADE AMBIENTAL. 1 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. 2 Lei nº 9.966, de 21 de abril de 2000. 3 Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. 4 Decreto 99274, de 6 de junho de 1990. 5 Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993. 6 Resoluções do CONAMA: 01 de 1986; 237 de 19/12/1997; 006 de 16/09/1987; 293 de 12/12/2001; 03 de 28/06/1990; 283 de 12/07/2001; 308 de 21/03/2002; 307 de 5/07/2002; 258 de 26/08/1999; 257 de 30/06/1999. 7 Convenções Internacionais. 7.1 Basileia. 7.2 Roterdã. 7.3 Estocolmo. 7.4 Montreal. 7.5 Mudanças Climáticas. 7.6 Protocolo de Quioto.

TEMA ESPECÍFICO - POLÍTICAS PÚBLICAS: I PLANEJAMENTO E GESTÃO. 1 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO 2004) – Lei 10.707, de 20/07/03. 2 Lei n.º 10.520, de 17/7/2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências e Decreto n.º 1.070, de 2/3/1994, que dispõe sobre contratações de bens e serviços de informática e automação pela administração federal, nas condições que especifica, e dá outras providências 3 Regime jurídico dos servidores públicos civis federais – Lei n.º 8.112/1990, atualizada. 4 Organizações Sociais (OS) – Lei 9.637, de 15/05/98. 5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei 9.790, de 23/03/99. **II POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO E NORMAS EM MEIO AMBIENTE.** 1 Meio ambiente na Constituição Federal de 1988. 2 Agenda 21 Brasileira. 2.1 Conceitos, diretrizes e princípios. 2.2 Composição, finalidades e funções da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS. 3 Orientação Estratégica de Governo: PPA 2004/07. 4 Políticas de meio ambiente: 4.1 Política Nacional de Meio Ambiente - Leis 6.938/81 e 10.165/00 e Decreto 99.274/90. 4.2 Crimes Ambientais – Lei 9.605/98 e Decreto 3.179/99. 4.3 Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15/09/1965 e MP 2.166-67/00. 4.4 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)- Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/02. 5 Acesso ao Patrimônio Genético - Medida Provisória (MP) nº 2.186-16/01, de 23/08/2001. 6 Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA: 01-86; 237; 302; 303; e 305. 7 Fontes de financiamento: 7.1 Fundo Nacional de Meio Ambiente – Lei 7.797/89 e Decreto 3.524, de 26/06/00. 7.2 Fundo Setorial de Recursos Hídricos – Lei 9.993/00 e Decreto 3.874, de 19/07/01. 8 Conferência/Protocolo de Estocolmo. 9 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). 10 Rio + 5. 11 Rio +10. 12 Plano de Implementação de Joanesburgo.

TEMA ESPECÍFICO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL: I CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 1. Diretrizes. 2 Princípios. 3 Recomendações. **II EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** 1 Princípios. 2 objetivos. 3 Métodos e técnicas. **III LEGISLAÇÃO, NORMAS E CONFERENCIAS/PROTOCOLOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS AO TEMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** 1 Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. 2 Decreto 4281/02 que Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental. 3 Conferência de Tbilissi de 1977. 4 Conferência de Moscou de 1987. 5 Agenda 21 Internacional – Rio 92. 6 Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Fórum Global/Rio 92. 7 Tratado das ONGs – Fórum Global/Rio 92. 8 Conferência de Estocolmo de 1972.

CLAUDIO LANGONE
Secretário-Executivo